

Em busca do ouro perdido

01 AGO 1992

JORNAL DO BRASIL

Moacir Werneck de Castro *

No princípio o que se pretendia era apenas a celebração da Descoberta do Novo Mundo pela Espanha, vanguarda do que hoje se chama Primeiro Mundo. Seria a exaltação da conquista, com as suas glórias cruentas, com todas as suas terríveis seqüelas inerentes ao sistema colonial. Levantou-se porém na América um grande clamor, que veio perturbar o fandango. Virou Encontro de Duas Civilizações, o que era "politicamente correto". Para essa saída conciliatória contribuiu decisivamente a reunião dos países ibero-americanos, realizada em Guadalajara o ano passado.

Ainda assim os festejos programados para Sevilha envolvem uma sensível carga de consciência pesada. O feito de Cristóvão Colombo inaugurou há 500 anos uma nova ordem mundial que se sustentaria sob a égide do capitalismo, gerando a dicotomia Norte-Sul. Primeiro colônias, depois dependentes, os países da América Latina foram submetidos implacavelmente ao saque e à espoliação. Dessas raízes que mergulham longe resultaram todos os males crônicos de que sofremos: subdesenvolvimento, domínio de oligarquias, injustiça social, instabilidade institucional, caos financeiro, dívida externa.

Para lidar com tal realidade o tom mais óbvio é o da tragédia. Mas também ocorrem a farsa, o burlesco. É exemplo na literatura a sátira de Gregório de Matos. Outro dia me veio às mãos uma pequena amostra recente que vale resumir, exatamente a propósito do Encontro das Civilizações. Seu autor é o venezuelano Luis Britto García, ensaísta, dramaturgo e humorista, além de advogado e professor universitário. Ele inverteu o esquema consagrado, criando um personagem indígena, Guacaipuro Cuauhtémoc, que se apresenta ao Encontro como embaixador extraordinário para a defesa dos interesses dos povos americanos. Cuauhtémoc (nome do último imperador asteca, enforcado por ordem do conquistador Hernán Cortés) comparece não para reconhecer a dívida reclamada pelas potências metropolitanas, mas para exigir o pagamento de um crédito secular dos oprimidos.

A conta por ele apresentada se baseia em sólidos documentos do Arquivo das Índias, no quais se demonstra que de 1503 a 1660 chegaram ao porto de Cádiz, na Espanha, 185 mil quilos de ouro e 16 milhões de quilos de prata proveniente da América. Foi essa, argumenta o índio, a primeira prestação de vários empréstimos amigáveis facilitados pelas colônias para o desenvolvimento da Europa. Graças a eles se tornou possível a arrancada do capitalismo europeu. Teve início então o "Plano Marshallitzuma", que assegurou a reconstrução da bárbara Europa arruinada pelas guerras contra os cultos muçulmanos, pioneiros da álgebra, do banho diário e outras conquistas da civilização.

Prossegue Cuauhtémoc, na versão de García:

"Por isso, ao nos aproximarmos do Quinto Centenário do Empréstimo, podemos perguntar: fizeram os irmãos europeus um uso racional, responsável ou pelo menos produtivo dos recursos tão generosamente adiantados pelo nosso Fundo Indoamericano Internacional? Lamentamos dizer que não." Esses recursos — continua — tiveram um péssimo emprego. No plano estratégico, foram dilapidados em guerras e outras formas de extermínio mútuo. No plano financeiro, o que se viu foi que, depois de uma moratória de 500 anos concedida pela América, as metrópoles não somente deixaram de pagar o principal e os

juros como foram incapazes de dispensar as rendas líquidas, as matérias-primas e a energia barata que o Terceiro Mundo lhes exporta.

A América abre mão de cobrar fantásticas taxas de juros, de 20 e até 30 por cento ao ano, como é praxe nos empréstimos do Primeiro Mundo: limita-se razoavelmente a pedir a devolução do valor dos metais preciosos adiantados e mais o juro fixo de 10% ao ano, acumulado nos últimos 300 anos. Aplicando a fórmula européia do juro composto, ela apenas cobra, como primeira parcela da dívida, o correspondente a uma quantidade de 185 toneladas de ouro e 16 mil toneladas de prata. Aos tomadores europeus não competiria mais que firmar uma Carta de Intenção, pela qual se prometeriam honrar seu compromisso mediante uma pronta Privatização ou Reconversão da Europa.

E o Brasil nessa? Bem, uma simples vista de olhos pelos registros históricos nos autoriza a participar nesse pleito como litisconsortes. Na *História geral da civilização brasileira*, obra coordenada pelo mestre Sérgio Buarque de Holanda, consta que só em 1703 exportamos para Portugal 4 mil 550 quilos de ouro. Coincidência: nesse mesmo ano era firmado o tratado de Methuen, que fez de Portugal um apêndice econômico da Inglaterra. Na década de 1740 e até 1755 nos carregaram daqui umas 14 a 16 toneladas de ouro por ano.

Portanto, estamos plenamente credenciados como credores históricos do Primeiro Mundo, de todo o Norte desenvolvido. Foi a nossa injeção de riqueza no século XVIII que lhe trouxe o progresso, ao acelerar o desenvolvimento da Revolução Industrial.

Nos foros onde se discutem os problemas da alegada dívida externa, um nosso Cuauhtémoc tupi-guarani poderia defender com poderosos argumentos uma reversão das expectativas. Não festejaria nenhuma vitória brasileira no recente acordo com os banqueiros norte-americanos; afirmaria, sim, que houve ali, como disse Celso Furtado ao ministro Marcílio (entrevista à *Folha de S. Paulo*, 19/7), "a administração de uma derrota". E partiria para colocar a coisa nos seus devidos termos.

Em vez de um "ajuste fiscal" atamancado para viabilizar os pagamentos exigidos pelos *self-appointed* credores do Norte, nós obrigariamos o governo de Washington a concertar suas desmanteladas finanças, a eliminar o seu déficit comercial e a promover, com o excesso que já pagamos de juros, um grande plano de desenvolvimento e reconstrução de toda a América, onde os investidores ianques aplicariam seus dólares em condições normais de mercado.

Com os europeus e o Clube de Paris em particular seríamos mais rigorosos, reclamando a devolução dos que nos foi extraído. Portugal, entretanto, é um caso à parte. O carinho que lhe dedicamos nos leva a um tratamento especial, apesar de tudo o que carregou da antiga colônia. Esqueçam-se os quintos e as derramas, e o dinheirão que pagamos pela independência. Nada de cobranças e revanchismos mesquinhos vamos ser generosos como é da nossa índole. Considerando também que o nosso ouro acabou indo parar nos cofres da City de Londres, e que hoje dispomos de fornecedores camaradas do metal em Montevideu, segundo o ex-secretário da Presidência da República, Cláudio Vieira, podemos propor o seguinte: que Portugal nos dê, como homenagem à memória do Tiradentes, nosso injustiçado mártir e herói, apenas uma contribuição simbólica — nada mais que o ouro para as obturações a serem feitas pelos nossos dentistas lá instalados.